



# O golpe verde: opressão, conflitos e resistência

**Boletim do WRM 268**

Dezembro 2023

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

**ASSINE O BOLETIM**

# Índice

NOSSA OPINIÃO. Resistindo à ilusão da extração “verde” .....	2
O Parque Industrial KIPI revela a face suja e destrutiva da transição “verde” da Indonésia.....	5
Expansão das plantações de árvores para os mercados de carbono: mais evidências da fraude da compensação.....	13
Sobre os projetos de carbono na Amazônia: por que contratos que duram uma geração?.....	16
Nova publicação: “Esquemas de certificação de ‘sustentabilidade’: 30 anos de engano e violência”.....	20
Camarões: Mulheres decididas a recuperar suas terras ocupadas pela empresa de dendê Socapalm/Socfin.....	23
Chile: Resistência ao modelo florestal em Wallmapu, território mapuche.....	25
O antes, o durante e o porvir da vitória pela defesa da vida no Panamá.....	29
RECOMENDADOS.....	34
Abuso sexual sistêmico em celebrado projeto de ‘compensação’ de carbono no Quênia	
Declaração de solidariedade à luta decolonial do povo palestino	
Ferramentas para combater falsas soluções climáticas	
Atlas dos Agrotóxicos	

## NOSSA OPINIÃO

# Resistindo à ilusão da extração “verde”

**Quase 30 anos de negociações climáticas da ONU resultaram no estabelecimento de políticas e práticas que facilitam a expansão constante da economia baseada nos combustíveis fósseis (e seus lucros), ao mesmo tempo em que escondem os seus implacáveis impactos negativos sobre os territórios onde se expande.**

Quase 30 anos de negociações climáticas da ONU resultaram no estabelecimento de políticas e práticas que facilitam a expansão constante da economia baseada nos combustíveis fósseis (e seus lucros), ao mesmo tempo em que escondem os seus implacáveis impactos negativos sobre os territórios onde se expande. Especificamente, a fantasia da compensação de carbono como solução para a crise climática está cada vez mais presente entre os métodos de lavagem verde que as empresas usam para ampliar seus negócios, apesar das crescentes evidências do seu completo fracasso na redução das emissões ou do desmatamento – como denunciado recentemente por diversas organizações. No entanto, as estratégias adotadas pelas empresas não conseguem esconder a essência opressiva e colonial dos seus avanços no Sul Global. Justamente por isso, continuam encontrando muitas resistências quando chegam aos territórios de Povos e comunidades.

Esta edição do Boletim do WRM compartilha artigos que podem ser divididos em duas partes. A primeira descreve quatro iniciativas que se disfarçam de “verdes” ou “socialmente benéficas” para garantir que as atividades de extração e produção prossigam sem entraves. Afinal de contas, elas são o motor da economia capitalista que, por sua vez, é a principal causa dos problemas que esses empreendimentos “verdes” dizem ajudar a resolver. A segunda parte destaca três experiências de resistência a esse ataque empresarial a partir dos territórios.

O [primeiro artigo](#) destaca as contradições embutidas na chamada “transição energética” ao expor como “a maior área industrial verde do mundo”, em Kalimantan, na Indonésia, na verdade levará a um aumento na extração de carvão na região. Ao mesmo tempo, esse projeto multibilionário ameaça se apropriar de meios de subsistência e espaços interligados de vida na terra e no mar, dos quais dependem as comunidades de base, e os destruir. Essas comunidades estão na linha de frente da resistência a esse parque industrial, em defesa da vida.

Os dois artigos seguintes mostram as diferentes consequências de dois tipos de projetos que pretendem compensar carbono e que dependem, em grande parte, de territórios comunitários. [Um deles](#) descreve a tendência à expansão de plantações problemáticas, sobretudo no Sul Global, com o argumento de que as árvores irão “compensar” a poluição emitida em outros locais. Isso inclui um amplo leque de plantações, desde grandes monoculturas patrocinadas pela indústria de

celulose até plantações com nomes simpáticos promovidas por fundos de investimento através de contratos abusivos com comunidades indígenas. [O outro artigo](#) reflete sobre os contratos abusivos para o estabelecimento de projetos de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) na região da Amazônia brasileira, especificamente sobre como eles comprometem práticas indígenas milenares e as gerações futuras das comunidades.

O [quarto artigo](#) apresenta um panorama sobre a lógica perversa dos esquemas de certificação que, ao longo dos últimos 30 anos, têm concedido selos de “sustentabilidade” e “responsabilidade” a empresas de diversos setores causadores de destruição, como celulose e papel, dendê e compensação de carbono. Esses selos costumam ignorar completamente as violações causadas pelas empresas e legitimam sua presença nos territórios das comunidades.

Os dois artigos seguintes também expõem a lavagem verde das plantações de monoculturas industriais através da certificação, mas destacam as experiências de resistência e organização das pessoas.

Em Camarões, as mulheres organizadas na associação Afrise [deram um destemido e determinado grito de “Basta!”](#) contra a empresa de plantações de dendezeiros Socapalm/Socfin, responsável por décadas de “sofrimento, abusos, estupros, roubos, fome, frustração e desrespeito” aos seus corpos, seus direitos e sua dignidade. Manifestamos nossa total solidariedade a essas mulheres que, com apoio umas das outras, declararam que não tolerarão o replantio de monoculturas de dendê em seus territórios.

O artigo seguinte apresenta [uma entrevista com Pablo Reyes Huenchumán](#), membro de uma comunidade Mapuche no Chile, sobre os impactos do violento modelo florestal imposto ao país, baseado em grandes monoculturas, mas também sobre as conquistas e os desafios dos Mapuche na defesa de suas comunidades e vidas. Pablo explicou como os Mapuche vêm reivindicando seus territórios há mais de 20 anos, mostrando que a auto-organização e a resistência dos Povos Indígenas são elementos fundamentais na defesa de suas terras e sua autonomia.

Por fim, destacamos um [exitoso processo de resistência no Panamá](#), onde as pessoas se mobilizaram e conquistaram uma vitória histórica contra uma subsidiária da mineradora canadense First Quantum Minerals. Depois de mais de 25 anos de resistência aos impactos da mineração de ouro e cobre, e de novas ameaças às comunidades que vivem dentro e próximo das minas, as operações foram suspensas. Considerando as exigências ambientais, sociais e de soberania feitas pelos manifestantes, o Supremo Tribunal de Justiça do Panamá declarou inconstitucional a licença concedida à empresa, ordenando o encerramento daquela que é a maior mina de cobre a céu aberto da América Central.

E, como de costume, republicamos um artigo de uma edição passada do Boletim, que consideramos relevante e oportuno. Agora, no contexto da recente conferência climática da ONU em Dubai, a releitura de [Climatologia/Ideologia](#) nos ajuda a compreender que a tímida e mais que tardia menção aos combustíveis fósseis no texto final da conferência não representa qualquer tipo de esperança, já que, naquele espaço, continua preponderando uma visão extremamente reducionista do problema climático.

É a partir dos territórios onde as pessoas estão organizadas que a vida será defendida, e é lá que acontecerá a resistência ao sistema dependente dos combustíveis fósseis. Juntemo-nos à luta e digamos às empresas que buscam lucro: não passarão!

## O Parque Industrial KIPI revela a face suja e destrutiva da transição “verde” da Indonésia

**O Presidente Jokowi chama o Parque Industrial de Kalimantan – Indonésia (KIPI, na sigla em inglês) de “a maior área industrial verde do mundo”, mas o KIPI não é nada disso. Ele demandará muito uso de combustíveis fósseis e apropriação de terras e água, ao mesmo tempo que ameaça milhares de pessoas nas comunidades costeiras com despejo forçado. (Disponível em indonésio)**

Localizado ao longo da costa da regência de Bulungan, na parte sul da província de Kalimantan do Norte, o Parque Industrial de Kalimantan – Indonésia (KIPI) foi concebido pelo presidente do país, Jokowi como “a maior área industrial verde do mundo” (1). As obras foram iniciadas oficialmente em dezembro de 2021.

O governo afirma que o KIPI será eficiente e eficaz no uso de recursos e na promoção de produtos e tecnologias, como baterias para Veículos Elétricos (VE) e painéis solares para a chamada economia “verde” e de “baixo carbono”. E também que terá uma pegada de carbono muito menor do que as dos parques industriais “comuns”, porque o KIPI usará energia “renovável”.

Os preparativos para o KIPI começaram em 2015, quando o governo provincial de Kalimantan do Norte propôs ao governo central a criação de uma Zona Econômica Especial na região, com um porto internacional. O governo central a criou em 2016 e declarou o KIPI como Projeto Nacional Estratégico em 2017.

O investimento total estimado é de 132 bilhões de dólares. Empresas chinesas já investiram grandes somas em dinheiro no Projeto, (2) possibilitando as obras de construção já em andamento, que acontecem a todo vapor.

### **Decifrando o KIPI: nada além de mentiras**

Porém, o projeto contradiz as afirmações e a propaganda “verde” do governo. Primeiro, o KIPI é uma imensa apropriação de terras, de 9.866 hectares, apenas na sua fase inicial de implementação. (3) Representa o despejo de pelo menos 5 mil pessoas que vivem nas comunidades de Tanah Kuning e Mangkupadi, sendo que esta inclui Kampung Baru, uma pequena aldeia localizada no extremo sul da área do Projeto. Além disso, para as infraestruturas portuárias e atividades off-shore, o KIPI implicará a apropriação de outros 175.854 hectares, representando uma redução de cinco vezes no espaço de mar onde a vida das comunidades acontece. Em termos gerais, o KIPI irá basicamente destruir os meios de subsistência dinâmicos e diversificados de comunidades fortemente ligadas à terra e ao mar, aos manguezais, às plantações e às florestas.

Além disso, de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, as indústrias planejadas até agora (4), que afirmam ser “eficientes” no uso de recursos, irão captar 39.450.560 m<sup>3</sup> de água por ano, principalmente dos rios Pindada e Mangkupadi. Isso equivale a 1,5 vez o consumo anual de água dos 700 mil habitantes da província de Kalimantan do Norte. Em contrapartida, serão descarregados 248.440 m<sup>3</sup> de águas residuais (supostamente após “tratamento”) a cada quatro horas nos rios e no mar da região, que são as veias da teia de vida das comunidades.

O consumo de eletricidade das indústrias estimado até agora é de 11.404 GWh anuais. Para se ter uma ideia dessa quantidade, no pico da capacidade, Tanjuung Selor, a capital de Kalimantan do Norte, consome apenas 14,3 MWh, o que não chega a 1% da demanda de energia do KIPI. (5) Na realidade, a promessa de “energia renovável” será uma usina termoeétrica a carvão de 5 GW, planejada para ser construída na Regência de Bulungan. Embora essa usina possa entrar em operação dentro de dois anos, a suposta “energia renovável” proveniente de hidrelétricas precisa de muito mais tempo para ser construída (veja abaixo).

A demanda por carvão do KIPI é equivalente ao nível de produção autorizado para 37 das maiores operações de extração de carvão em Kalimantan do Norte. É mais um exemplo de como o discurso da “energia renovável” dos grandes projetos “verdes” depende muito dos combustíveis fósseis. Além disso, o uso do carvão também atende a interesses particulares em uma região onde ele está disponível de forma abundante.

A construção desse parque industrial “verde”, que funcionará com energia do carvão e acarretará no uso de mais combustíveis fósseis (6), não impediu a Indonésia de receber 610 milhões de dólares em empréstimos da Parceria para a Transição Energética (JETP) e do Mecanismo de Transição Energética do Banco Asiático de Desenvolvimento. Esses empréstimos patrocinam a suposta política da Indonésia de interromper a construção de novas usinas a carvão. Habilmente, através do Decreto Presidencial 112/2022, o governo permite a construção de mais termoeletricas a carvão para abastecer áreas industriais como o KIPI.

### **Apropriação de terras repleta de conflitos de interesses, ilegalidades, irregularidades e criminalização**

Elites empresariais e membros do governo parecem ter se associado e se organizado, não só para se apropriar da terra necessária para o KIPI, mas principalmente para obter o máximo possível de benefícios financeiros com o Projeto. Definitivamente, é urgente e necessária uma investigação muito mais profunda sobre ilegalidades e irregularidades, incluindo os fortes indícios de corrupção.

Um primeiro conjunto importante de irregularidades envolve o processo de revisão do ordenamento territorial na regência de Bulungan, que começou com o governo da província injetando dinheiro no governo da regência para revisar seu documento e sua política de

ordenamento. Isso foi feito rapidamente, em meio à pandemia de Covid-19, e sem qualquer debate público. Criou-se um novo ordenamento territorial para 2021-2040, impondo uma área industrial projetada de 16.400 hectares para acomodar o KIPI. E mais uma revisão para garantir a projeção feita pelo Presidente Jokowi quando lançou o KIPI, em 2021: o projeto poderia cobrir 30 mil hectares. Em 2021, o KIPI já tinha sido declarado “Projeto Estratégico Nacional (PSN, na sigla em bahasa), que representa uma “licença” para a prática de ilegalidades, irregularidades e violência contra as pessoas e a natureza, como despejos forçados, em conjunto com a altamente contestada Lei Omnibus. (7)

Uma pessoa fundamental entre as elites empresariais indonésias envolvidas no KIPI é Garibaldi Thohir, informalmente chamado de Boy. Jokowi o nomeou presidente do consórcio de três empresas que administram as obras de construção do KIPI: PT Kalimantan Industrial Park Indonesia (PT KIPI), PT Indonesia Strategic Industry (8) e PT Kayan Patria Propertindo. (9) Boy é o irmão mais velho de Erwin Thohir, Ministro das Estatais do governo de Jokowi. Além disso, Boy também é um dos proprietários da PT Adaro Minerals Indonesia, empresa que irá administrar a PT KIPI e tem participação em uma das principais indústrias do projeto: a empresa de fundição de alumínio denominada PT Kalimantan Aluminum Industry. E Boy tem muitas outras conexões. (10) Através da companhia malaia TSH Logistics, Boy é também um dos proprietários da empresa de dendê PT Bulungan Citra Agro Persada (BCAP), que detém a concessão de mais de 9.500 hectares na Regência de Bulungan, 100% sobrepostos à área onde o KIPI deve ser estabelecido. Com base em documentos apresentados à JATAM e ao WRM, moradores das comunidades acusam a PT KIPI e a PT BCAP não apenas de definirem unilateralmente o preço da terra, mas também de se oferecerem para comprar terras das pessoas usando a categoria de concessão para plantações de dendezeiros chamada HGU – Hak Guna Usaha, sendo que a categoria para áreas usadas como zonas industriais é a HGB – Hak Guna Banguan, que tem preços muito mais elevados.

Os moradores denunciam que, ao se apropriar da terra, Boy e outros membros das elites empresariais e estatais mudam a categoria de HGU para HGB e depois vendem a terra ao consórcio KIPI por um preço muito mais alto. Além disso, os moradores também revelaram à JATAM e ao WRM que as empresas aumentam ilegalmente o tamanho das terras com a conivência das autoridades locais. (11)

### **Comunidades resistindo: “O que respiramos não é mais o cheiro de peixe secando, e sim a poeira dos grandes veículos”**

Samsu, líder comunitário da aldeia de Kampung Baru, não aceita a medição das áreas. Para ele, é aí que começa a apropriação de terras e, conseqüentemente, o despejo. Ele rejeita o plano de “relocação” oferecido pelas empresas: “(...) Para onde seremos transferidos? Lá, a terra e a localização têm o mesmo valor de Kampung Baru, que ocupávamos anteriormente?” Desde 2021,



quando se tornou porta-voz da luta contra o despejo de Kampung Baru, ele continua sofrendo criminalização e já foi denunciado três vezes, a diferentes departamentos de polícia.

Aris, outro morador, foi denunciado à polícia e preso quando filmou, com seu celular, a invasão de suas terras pela PT KIPI, com veículos pesados e escavadoras, no dia 16 de dezembro de 2022. Seu filho Imran diz: “Nós temos direito à terra” e a PT KIPI “quer criar um efeito de medo nas comunidades”, acrescentando que seu pai foi tratado como criminoso terrorista, apenas por defender o território da comunidade.

Muitas outras táticas são adotadas para coagir e dividir as comunidades, tais como manipular documentos de aquisição de terras, forçar os moradores a assinar contratos sem informações claras, recrutar lobistas na comunidade para convencer os vizinhos a ceder terras e ajudar nas medições, usar o termo “compensação”, ludibriando as pessoas para que liberem suas terras, etc. Além disso, o governo interrompeu quaisquer novos investimentos na escola primária de Kampung Baru. Os moradores dizem que, se novos alunos entrarem na escola, terão de levar suas próprias cadeiras. Na prática, o governo já está apagando Kampung Baru do mapa.

Mesmo que o preço da terra fosse mais alto, o Projeto KIPI só se dispõe a pagar pelas pequenas áreas onde as pessoas têm suas casas. Isso significa que, ao vendê-las, as pessoas também “vendem” o mar, os manguezais, os rios, as plantações, as florestas, a história, as memórias e tudo o que faz parte do seu território, sua cultura e sua identidade, o que também atrai muitos turistas. Trata-se de uma teia de vida inter-relacionada, vulnerável e delicada, da qual depende a subsistência dos moradores de Tanah Kuning e Mangkupadi, incluindo Kampung Baru.

Esses moradores já sofrem restrições e impactos devido às obras de construção do KIPI e têm sérias preocupações sobre o seu futuro. A comunidade de Tanjung, por exemplo, já enfrenta sérios desafios para atender sua demanda por água, tendo que comprá-la durante períodos mais longos de seca, que podem durar meses. Eles temem que a sua situação piore com o aumento da poluição do ar e da água que vêm com o KIPI.

As fronteiras sociais e ecológicas do território das pessoas, tanto em Tanah Kuning quanto em Mangkupadi, incluem a terra e o mar, um único território de vida interligado. Embora a maioria dos moradores seja de pescadores, eles também dependem muito da floresta para conseguir pescar no mar. A madeira é essencial para a construção dos seus barcos e dos cerca de 200 *bagans*, pequenas estruturas de madeira construídas no mar em frente à costa.

Kesi, uma pescadora de Kampung Baru, está preocupada com o futuro: “Se nós formos despejados, onde vamos viver? Nós queremos ficar aqui, na nossa aldeia. O meu marido também está proibido de entrar na floresta para coletar madeira para *bagan*, então, automaticamente, também estamos proibidos de construir os *bagans*, porque para isso precisa de madeira pesada.

Se não houver pescadores nem bagans, como vamos trabalhar? Eu só consigo fazer meu trabalho com o peixe salgado quando o meu marido chega do bagan”.

As mulheres cortam e processam os peixes do mar, transformando-o em peixe salgado. Wiwi, uma pescadora de Kampung Baru, diz: “Agora já não tem cheiro de peixe salgado nem de anchovas. Antes, quando caminhávamos de Kampung Baru para Pindada [outra comunidade da região], o cenário era verde. Agora tudo foi arrancado pelas indústrias, o que respiramos não é mais o cheiro de peixe secando, e sim a poeira dos grandes veículos”.

Embora sua vida dependa muito da pesca e elas tenham um papel fundamental na economia local, as mulheres foram excluídas das chamadas consultas com as comunidades sobre a instalação do KIPI, mostrando como o “capitalismo verde” precisa do patriarcado para existir. O transporte de carvão por mar se intensificou desde cerca de 2015, invadindo as áreas de pesca dos moradores. Com todo o consumo de carvão previsto para o KIPI, os impactos vão ficar mais graves. Erni é um pescador de Tanah Kuning que trabalha com outros quatro colegas: “Já estão acontecendo impactos sobre os pescadores, a nossa renda ficou menor. Talvez porque o carvão caía no mar, tem menos peixe” (...) “(...), alguns [pescadores] foram para a empresa.” Essa descrição mostra outra tática que os defensores do KIPI usam para romper a resistência das pessoas: empregar moradores das aldeias em condições de trabalho opressivas.

A extração de carvão em Kalimantan do Sul motivou Amiruddin, há vários anos, a se mudar para Tanah Kuning para ser construtor de embarcações. Ele fez isso porque as madeiras de lei meranti e meranti vermelha, usadas nessa atividade, haviam se tornado escassas em Kalimantan do Sul, devido à invasão da mineração de carvão na floresta. Ele prevê que, junto com o avanço do KIPI, também será difícil encontrar madeira em Tanah Kuning e nas florestas vizinhas: “Sim, minha estimativa é de que, em três anos, ela vai diminuir. Mesmo agora, já está diminuindo”. Os negócios de Amiruddin estão diminuindo porque o preço da madeira meranti aumentou muito, e menos pescadores irão para o mar, uma vez que a poluição marinha afetará cada vez mais as suas pescarias.

## **REDD, hidrelétricas e caos climático: o papel das ONGs conservacionistas**

Não só as elites empresariais apoiam o KIPI, mas também grandes empresas de conservação, como o WWF e a filial indonésia da The Nature Conservancy (TNC): Yayasan Konservasi Alam Nusantara (YKAN).

Na verdade, essas ONG deveriam ser consideradas empresas, uma vez que os seus interesses estão intimamente ligados aos do capital financeiro, (12) cujos interesses, por sua vez, estão intimamente ligados às indústrias extrativas através de projetos como o KIPI. As empresas de conservação, assim como as indústrias extrativas e os governos, apoiam o REDD+, um mecanismo

de compensação que permite que as indústrias extrativas continuem funcionando normalmente e aumentando os seus lucros. (13)

As empresas conservacionistas também ajudaram a criar o chamado Plano 30x30, discutido em negociações internacionais. Esse plano visa “proteger” 30% da superfície mundial até 2030, mas se baseia em ideias da “conservação de fortaleza”, que exclui e marginaliza aqueles que protegeram e coexistiram com esses territórios durante gerações. O interesse reside no acesso e na posse de grandes quantidades de terra para compensação de carbono e biodiversidade, entre outros. Como Kalimantan do Norte tem mais de 80% de cobertura florestal, o WWF e a TNC/YKAN se envolveram. O governo provincial manifestou interesse em implementar um programa de REDD jurisdicional, já que participa do chamado Grupo de Trabalho do Governador para o Clima e as Florestas (GCF). (14) A TNC/YKAN e o governo provincial assinaram um acordo em 2021. Segundo a diretora executiva da TNC/YKAN, Herlina Hartanto, “é uma honra ter a confiança do governo provincial para trabalharmos juntos na concretização da grande visão de Kalimantan do Norte, onde o desenvolvimento anda de mãos dadas com a conservação da natureza”. (15)

A TNC/YKAN vê o KIPI andando de mãos dadas com as hidrelétricas, chamadas de PLTA na Indonésia, às quais consideram “energia renovável” e parte essencial desse desenvolvimento “verde”. A WWF e a TNC/YKAN apoiam (16) a construção da PLTA Kayan, uma hidrelétrica de 9.000 MW a ser concluída em 2030, e da PLTA Mentarang, com uma capacidade total de 1.375 MW. A PLTA Kayan causará impactos em uma área de 184.270 hectares, deixando seis comunidades debaixo d’água, inclusive locais ancestrais e túmulos sagrados. Além do KIPI, PLTA Kayan e PLTA Mentarang fornecerão eletricidade também a IKN, a nova capital da Indonésia, onde está ocorrendo a destruição e um processo de despejo do povo Balik. (17)

Além da destruição e do desmatamento produzidos em nível local pela construção desses projetos de infraestruturas hidrelétricas, eles também são altamente destrutivos para o clima. Philip Fearnside, cientista que estuda os impactos das hidrelétricas na Amazônia brasileira, explica (18) que essas barragens “emitem tanto dióxido de carbono quanto metano, e essas emissões são muito maiores nos primeiros anos após o enchimento de um reservatório, tornando-as especialmente prejudiciais com relação ao aquecimento global”.

## **Considerações finais**

O presidente Jokowi destaca o KIPI como exemplo para o mundo: “Este é o futuro da Indonésia. O futuro da Indonésia está aqui. Se conseguirmos desenvolver esta área adequadamente, qualquer indústria relacionada a produtos verdes certamente irá olhar para ela”. (19)

Mas o verdadeiro exemplo a mostrar até agora sobre o KIPI é a dura realidade enfrentada por mulheres e homens de Tanah Kuning, Mangkupadi e Kampung Baru, que resistem e defendem seus corpos, suas vidas e seus espaços de vida. Eles vivenciam a destruição, o desmatamento, a

intimidação e a violência que estão por trás da imagem dos carros elétricos e de outros “produtos verdes”.

A experiência do KIPI também revela que a criação de áreas protegidas e a restrição do acesso às pessoas que dependem da floresta são outro aspecto fundamental da mentira “verde”, como se essas pessoas fossem responsáveis pelo desmatamento, e não as indústrias. Ao mesmo tempo em que se transmite aos investidores a mensagem de que as florestas de Kalimantan do Norte serão protegidas, esconde-se a destruição que está acontecendo em Tanah Kuning, Mangkupadi e Kampung Baru. Seus territórios e suas florestas serão desmatados e destruídos para a construção de hidrelétricas, para extrair os 7 milhões de toneladas de calcário necessários para o KIPI, para projetos de compensação e para tudo de que o KIPI necessita, incluindo petróleo, carvão, eletricidade, água, minerais usados em baterias, minério de ferro, bauxita, etc.

O KIPI deixa claro que, em essência, o objetivo do “desenvolvimento verde” é criar apenas mais uma enorme oportunidade para as oligarquias, para que os interesses do poder político e empresarial obtenham lucros. A mensagem urgente que as comunidades de Tanah Kuning, Mangkupadi e Kampung Baru nos transmitem é que o KIPI precisa de ser parado imediatamente.

### **JATAM Kalimantan Oriental e WRM**

*Este artigo é baseado principalmente no relatório “Mentira verde: retrato da ameaça de destruição, oligarquia e bem-estar das pessoas na área do projeto industrial verde em Kalimantan do Norte”; “Kebohongan Hijau: Potret Ancaman Daya Rusak, Oligarki dan Keselamatan Rakyat Pada Tapak Proyek Kawasan Industri Hijau di Kalimantan Utara”, publicado em setembro de 2023 e produzido por Jaringan Advokasi Tambang (JATAM) de Kalimantan Oriental e NUGAL Institute for Social and Ecological Studies, além de informações obtidas durante uma visita conjunta às comunidades da área, em outubro de 2023.*

(1) [Kalimantan Industrial Park Can Be World’s Largest Green Industrial Area, President Jokowi Says](#), February 2023.

(2) CELIOS, [Green Industrial Area Infected by Coal Power Plant: Economic Impacts, Conflicts of Interest, and Environmental Threats](#), 2023.

(3) As obras já em andamento foram autorizadas em 2021 pelo governo provincial, após a realização de um relatório de impacto ambiental (RIMA). Com um adendo incluído em 2022, o RIMA define uma área total de 9.866 hectares, incluindo Tanah Kuning, Mangkupadi e Kampung Baru, onde acontecerá a primeira fase de implementação do Projeto.

(4) Segundo o Relatório de Impacto Ambiental, uma indústria petroquímica, uma fundição de alumínio para transformar bauxita em óxido de alumínio e outros subprodutos para aviões e automóveis, além de minério de cobre e níquel para baterias de veículos elétricos, uma siderúrgica para abastecer a produção desses veículos, de armamentos e infraestrutura, e uma indústria de policristalinos para produzir painéis solares.

(5) Konrankaltara, [PLN Tanjung Selor Surplus Daya 5,7MW](#)

## Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

- (6) Além da eletricidade alimentada por combustíveis fósseis, o KIPI consumirá e queimará ainda muito mais desses combustíveis: a indústria petroquímica planejou uma demanda anual de 490 milhões de toneladas de diferentes tipos de petróleo e 9,9 milhões de toneladas de carvão. A indústria siderúrgica também exigirá 14,9 milhões de toneladas anuais de carvão.
- (7) O Artigo 121 da Lei Omnibus (Lei de Criação de Empregos), que altera o Artigo 10 da Lei 12 de 2012, relativa à Aquisição de Terras para Projetos, onde o âmbito do desenvolvimento para o interesse público se expande com a inclusão de parques industriais, zonas econômicas especiais, turismo, áreas industriais de petróleo e gás, e outras. Com essas inclusões, será intensificado o desenvolvimento de Projetos Estratégicos Nacionais, principalmente daqueles baseados em áreas ou parques industriais, como parques industriais verdes. <https://peraturan.bpk.go.id/Details/149750/uu-no-11-tahun-2020>
- (8) A PT ISI é uma empresa do setor energético, responsável pelo fornecimento de energia ao KIPI. Seu proprietário é Tjandra Limanjaya, embora o Projeto Celukan Bawang PLTU esteja envolvido em um caso de falsificação e lavagem de dinheiro. Limanjaya está ligado a políticos e é dono da PT Kayan Hydro Energi (KHE), empresa que construirá a hidrelétrica.
- (9) Através de uma empresa associada a ela e ligada ao maior oligarca político e empresarial de Kalimantan do Norte, Lauw Juanda Lesmana, a PT KPP está envolvida na mineração de carvão, entre outras coisas. Ela tem participação na PT Kayan Hydropower Nusantara, juntamente com a empresa malaia Sarawak Energy. A PT KHN tem um projeto hidrelétrico no rio Mentawa, e concorre com o outro projeto hidrelétrico no rio Kayan para fornecer energia ao KIPI.
- (10) Três outros empresários – Wito Krisnahadi, Christian Ariano Rachmat e Djoko Pangarso Budi Santoso – estão indiretamente ligados a Boy por serem respectivamente comissário e diretor do KIPI e da PT Adaro. Um dos proprietários da PT Adaro é a Cita Mineral Investindo, uma empresa de bauxita de propriedade da 20ª pessoa mais rica da Indonésia e responsável por devastar meios de subsistência em Obi, no norte das Ilhas Molucas, e em Wawoni, no sudeste de Sulawesi.
- (11) Pelo contrário, o governo local reduziu o chamado Valor de Venda do Objeto (NJOP) da terra. Embora o NJOP na área do KIPI em 2020 ainda fosse de 56 mil rupias por metro quadrado, esse valor caiu muito, de uma hora para outra, para 6 mil rupias por metro quadrado em 2022.
- (12) African Arguments, [Revealed: Big conservation NGOs are majority governed by finance figures](#), August 2023.
- (13) WRM, [15 Years of REDD: A Mechanism Rotten at the Core](#), 2022.
- (14) [Penilaian kesiapan pelaksanaan pengurangan emisi dari deforestasi dan kerusakan hutan \(REDD+\) di provinsi Kalimantan Utara](#), Effendi, Wiwi et al, 2022.
- (15) <https://www.ykan.or.id/id/publikasi/artikel/siaran-pers/kaltara-menuju-pembangunan-hijau/>
- (16) [Berbagai Cerita dari Lapangan. Masyarakat Lokal dan Energi Terbarukan](#).
- (17) JATAM Kaltim, Bersihkan Indonesia, PuSHPA, AMAN Kaltim. Nyapu: bagaimanapan perumpuan dan laki-laki Suku Balik mengalami kehilanga, derita dan kerusakan berlapis akibat megaprojek Ibu Kota Baru Indonesia, 2023.
- (18) Instituto Humanitas Unisinos, [Como salvar a floresta amazônica?](#) Entrevista com Philip M. Fearnside, Agosto 2023.
- (19) Id. (1)

## Expansão das plantações de árvores para os mercados de carbono: mais evidências da fraude da compensação

**Nos últimos dois anos, duplicaram-se as iniciativas de plantação de árvores destinadas aos mercados de carbono. Contudo, seja como grandes monoculturas, seja como projetos aparentemente bons para comunidades de base, as plantações de árvores para compensação de carbono não são uma solução para o caos climático nem benéficas para as comunidades rurais no Sul Global.**

As indústrias extrativas destrutivas estão aproveitando a preocupação pública sobre o caos climático para promover projetos enganosos de plantação de árvores como solução para suas crescentes emissões de combustíveis fósseis. As empresas de plantação visam novas fontes de receita, enquanto as indústrias que dependem dos combustíveis fósseis procuram um alibi para continuar poluindo. O resultado é o intenso crescimento de projetos de plantação de árvores para compensação de carbono e um aumento constante na demanda por créditos de carbono.

Há 23 anos, várias organizações já alertavam (1) que a capacidade das árvores de absorver e armazenar carbono tem sido usada de forma perversa para impulsionar a mentira da lavagem verde – de que plantar mais árvores pode compensar os danos climáticos causados pelas emissões de carbono fóssil. O que não aparece nas propagandas das empresas sobre as “florestas plantadas” é a devastação que suas plantações causam.

As plantações industriais de madeira ocuparam mais de 130 milhões de hectares do planeta à custa do despejo de comunidades, apropriação de terras e de água, aumento da opressão sobre as mulheres, desmatamento, perda de biodiversidade e incêndios muitas vezes violentos que não só liberam todo o carbono de volta na atmosfera, mas também causam destruição de meios de subsistência e mortes. Para ocultar a violência intrínseca desse modelo de produção, as empresas continuam espalhando as mentiras da lavagem verde. (2)

Esse rasto de destruição e conflitos com comunidades não impediu empresas, investidores e governos de apresentarem plantações voltadas à compensação de carbono como solução para a crise climática.

Nos últimos dois anos, as iniciativas de plantação de árvores destinadas aos mercados de carbono duplicaram, tanto em número de projetos como em sua dimensão média. Considerando os quatro principais registros voluntários de carbono do mundo, (3) o número de solicitações de licença e projetos aumentou de 167 para 367 de janeiro de 2021 a maio de 2023, com uma média estimada de reduções anuais de emissões de 135 mil a 213 mil toneladas de dióxido de carbono por projeto. Quase 90 por cento desses projetos ocorrem no Sul Global.

Algumas das maiores empresas de plantações estão entre as que lucram. A gigante de papel e celulose Suzano, no Brasil, argumenta que seu projeto de plantação de 38 mil hectares de eucalipto no estado do Mato Grosso do Sul não teria ocorrido sem a renda extra dos créditos de carbono – uma mentira descarada, visto que a empresa vem expandindo agressivamente suas plantações para alimentar sua nova fábrica de celulose que está em construção.

**Os problemas não se limitam aos projetos de monoculturas de árvores.** As empresas especializadas em lucrar com o interesse das indústrias poluentes nas compensações de carbono estão contratando pequenos agricultores e povos indígenas para plantar árvores. Em vários desses esquemas de agricultura integrada, os agricultores não têm ideia de onde estão se metendo e de que seus nomes e terras serão usados por empresas distantes para lucrar mais e alegar que são “neutras em carbono”. Por exemplo, através do Livelihoods Fund, com sede em Paris, empresas como Danone, Michelin, Hermès, SAP, Mars, Chanel, e bancos de desenvolvimento como o alemão KfW (por meio de sua subsidiária DEG Invest) estão investindo em plantações em Andhra Pradesh, na Índia, onde os agricultores dizem não ter conhecimento dos créditos de carbono, embora suas terras e seu trabalho tenham gerado créditos de carbono que beneficiam apenas indústrias poluentes. (4)

As empresas petrolíferas também estiveram envolvidas na apropriação de terras para expandir as plantações de árvores com vistas a compensação de carbono. Na República do Congo, as comunidades não têm onde cultivar seus alimentos porque a gigante petrolífera Total está ocupando terras para estabelecer plantações de árvores, alegando que os lucros da extração de petróleo e gás podem continuar sem prejudicar o clima. (5)

Em nível nacional, muitos governos e legisladores fizeram a sua parte para promover plantações de árvores voltadas à compensação de carbono. Por exemplo:

- Na Nova Zelândia, como peça central da estratégia do governo para reduzir emissões, o regime estatal de comércio de emissões recompensa os proprietários de terras que investem em monoculturas de pinheiro, o que impulsionou um aumento acentuado dessas plantações, dispersando comunidades e causando enormes perdas sociais e culturais. (6)

- No Paraguai, o projeto Proeza orienta a política institucional do Estado para a silvicultura e se baseia na expansão das plantações de eucalipto para cumprir as Contribuições Nacionais Determinadas (NDC, na sigla em inglês) do país. (7) Os projetos são financiados pelo Fundo Verde para o Clima e têm sido implementados por meio do Fundo Arbaro, cujas plantações foram expostas por abusos e danos às comunidades em países sul-americanos e africanos onde opera. (8)

- Na Índia, o parlamento aprovou recentemente o Projeto de Lei (Emenda) de Conservação Florestal, que reduz as restrições ao estabelecimento de plantações de árvores em certos tipos de terra, o que poderia desencadear uma expansão considerável de projetos de florestação e reflorestação sob o pretexto de ajudar o país a atingir emissão líquida zero de carbono até 2070. Em nível internacional, os lobbies empresariais, as organizações intergovernamentais e as grandes ONGs conservacionistas pressionam os governos nacionais a avançar ainda mais na

legitimação dos mecanismos de compensação, incluindo as plantações de monoculturas de árvores. É isso que se destaca em todas as tentativas no âmbito da ONU para integrar ainda mais a compensação de carbono no Acordo de Paris; no número de acordos (9) assinados entre grandes promotores de projetos e governos nacionais antes da COP 28 da ONU sobre o Clima para ampliar grandes projetos de carbono de milhões de hectares; no fato de as empresas estarem monitorando de perto os resultados da cúpula do clima da ONU em termos das consequências de suas decisões para o mercado (10); e em eventos como a Cúpula do Clima na África, voltada a “impulsionar o crescimento verde e as soluções de financiamento climático”, nas quais as plantações de árvores e as compensações de carbono receberam muita atenção.

Enquanto isso, a raiz do problema permanece intocada. A extração global de petróleo, gás e até carvão deve atingir níveis jamais vistos até ao final de 2023, e o mesmo acontece com as emissões de gases de efeito de estufa. (11) Por maior que seja, nenhuma plantação de árvores ou outra “solução baseada na natureza” será capaz de absorver o carbono continuamente transferido do subsolo para a atmosfera.

Seja como grandes monoculturas ou como projetos enganosos com nomes bonitos realizados com comunidades, as plantações de árvores para compensação de carbono nunca serão uma solução para o caos climático e nunca resolverão os problemas das comunidades que dependem da terra e das florestas no Sul Global. Pelo contrário, a expansão dessas plantações é mais uma prova da fraude da compensação de carbono, a qual permite à indústria que depende dos combustíveis fósseis continuar fazendo seus negócios de sempre e aprofunda as relações coloniais, capitalistas, patriarcais e racistas que oprimem as comunidades. Por todas essas razões, as plantações de árvores para compensação de carbono devem ser confrontadas e interrompidas!

### **Secretariado Internacional do WRM**

- (1) [The Mount Tamalpais Declaration](#), 2000.
- (2) Veja as [declarações enganosas mais comuns usadas atualmente pelas empresas de plantações o que pode estar errado no plantio de árvores](#).
- (3) Verra-VCS, Gold Standard, Climate Action Reserve (CAR) and American Carbon Registry (ACR)
- (4) Veja mais no relatório [“Discredited: the voluntary carbon market in India”](#).
- (5) [“La compensation carbone au détriment des populations”](#).
- (6) [New Zealand falls out of love with sheep farming as lucrative pine forests spread](#).
- (7) [“The devil’s totality: Paraguay’s struggle against agribusiness and monoculture”](#).
- (8) [Arbaro Fund: a strategy to expand industrial tree plantations in the Global South](#).
- (9) Por exemplo, [o acordo assinado entre os EAU e o Zimbábue](#).
- (10) Um exemplo foi a “Conferência Global sobre Mercados de Carbono”, em novembro de 2023: [“Global Carbon Markets Conference” in November 2023](#).
- (11) [Petróleo. Gás. Carvão](#).



## Sobre os projetos de carbono na Amazônia: por que contratos que duram uma geração?

**Projetos de compensação de carbono comprometem roças, o corte de árvores para subsistência, e outras práticas milenares praticadas por povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia. Contratos promovidos por empresas minam as estratégias locais de cuidado e criatividade dos trabalhadores e trabalhadoras, subvalorizando ou mesmo negando-as por completo.**

*“Compositor de destinos  
tambor de todos os ritmos  
tempo, tempo, tempo, tempo  
Entro em um acordo contigo  
Tempo, tempo, tempo, tempo...”*

Oração ao tempo - Caetano Veloso, compositor e cantor da música popular brasileira, de grande ativismo durante a ditadura militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985.

Nos dias mais quentes da história humana, o ano de 2023 marcou a Amazônia com uma das secas mais severas de sua história. Cidades acessíveis apenas via navegação ficaram isoladas, com cenas apocalípticas de embarcações paradas onde havia um farto rio de peixes, banheiros e botos que agora agonizam. Diante disso, proponho uma discussão sobre clima e questão geracional à luz das discussões sobre o que o nosso tempo chama de mercado de créditos de carbono.

A Amazônia brasileira tem sido palco de um número crescente de projetos conservação da floresta voltados para a geração de créditos de carbono, também conhecidos como projetos REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). Ao supostamente evitar o desmatamento de enormes áreas, privadas ou comunitárias, da floresta amazônica, os donos desses projetos em tese reduzem as emissões de gases do efeito estufa, e assim adquirem o direito de vender créditos de carbono para empresas poluidoras no mercado internacional.

Um aspecto importante dos debates no âmbito da comercialização de créditos de carbono é o da proposição de contratos de longa duração entre comunidades tradicionais e empresas intermediadoras de carbono. (1) São propostas de contratos que variam de 30 a 40 anos de duração, num contexto de muitas incertezas. Nesse sentido de dúvidas e posicionamentos que pedem cautela, cito aqui a publicação das advogadas Maria Victoria Hernandez Lerner e Juliana Miranda, que analisaram a avaliação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) sobre contratos de carbono apresentados a diversos povos indígenas no Brasil. (2) Elas apontaram que estes: a) impedem os povos indígenas de executarem suas práticas tradicionais como a plantação de roças e corte de árvores para subsistência sem prévia autorização da empresa; b) são contratos que perpassam por mais de uma geração e não preveem cláusulas de rescisão contratual, caso

haja algum prejuízo para a comunidade indígena; c) são acordos firmados por poucos indivíduos, sem a devida participação e sem o consentimento livre, prévio e informado dos grupos afetados; d) possuem cláusulas abusivas de modo geral.

Os questionamentos da Funai nos oferecem pistas para que nossas próprias perguntas surjam e assim possamos compreender que os contratos de créditos carbono hoje colocados à mesa das comunidades são antes de tudo uma questão intergeracional.

Primeiramente, é necessário que entendamos que os plantios de roças, o uso de madeira para as estruturas dos lares e desbastes de plantas para melhorar a produção de plantas como o açaizeiro é algo exercido por comunidades tradicionais há milênios, escapulidas suas práticas por nossa descendência. O fogo, por exemplo, tem sido utilizado de maneira controlada por inúmeros povos originários e comunidades quilombolas para a limpeza de pequenas áreas, cultivos e favorecimento de espécies consideradas úteis, na forma daquilo que conhecemos como sistemas agroflorestais. (3) Os quintais florestais desta maneira talvez sejam a marca deste legado espalhado nas comunidades amazônicas em hortas plantadas em canoas, açaizeiros, paus-mulato e jambeiros ao redor das casas, aqui e acolá pés de urucum e cebolinha.

Considerando assim esta caminhada histórica do povo da floresta, como tratam os projetos de carbono a relação das famílias com o uso do fogo? É um inimigo? É estranho ler a notícia que uma das maiores empresas petroleiras do mundo, a Shell, investe pesado em empresas intermediadoras de projetos de carbono na Amazônia (4), sendo que muitos projetos desse tipo têm atribuído o problema do desmatamento a roças de 1 tarefa, equivalente a 0,25 hectares, enquanto a emissão de gases de efeito estufa por parte de empresas petroleiras é incomparavelmente maior. Não é um tratamento desproporcional? Não faria mais sentido que empresas como a Shell fossem obrigadas a tomar medidas concretas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que aceleram a mudança do clima e deixa o planeta mais hostil aos seres vivos?

No segundo argumento que traço contra os contratos de créditos de carbono entre comunidades e empresas por 30 anos ou mais, tomo emprestado a dúvida exposta pela Funai, segundo Lerner e Miranda (5), sobre o envolvimento de mais de uma geração nos projetos. Considero extremamente pertinente o questionamento ao conceituar o capitalismo não como um sistema econômico e sim como uma “ordem social”. (6) Segundo a filósofa Nancy Fraser, esta ordem (cujo motor seria a obtenção de ganhos acumulativos) apodera-se e alimenta-se daquilo que precisa para funcionar a partir da riqueza expropriada à natureza e aos povos subjugados. Uma ordem que aos poucos mina as estratégias locais de cuidado e criatividade dos trabalhadores e trabalhadoras, subvalorizando ou mesmo negando-as por completo. Na relação entre empresas, comunidades e projetos de carbono, como não pensar o quão perigoso é para a tradicionalidade local que haja contratos que irão influenciar uma geração inteira ao final do primeiro ciclo de 30 anos de

contrato, cujo poder de influência e informações dos territórios e famílias podem estar nas mãos de empresas intermediadoras e multinacionais? Quando imagino que uma criança nasça, cresça, se torne adolescente e vire um adulto em um território sob cláusulas (7) de um contrato de créditos de carbono, vem a preocupação sobre as condições de vida destas futuras pessoas. Já ouvi de empresários do setor que os investimentos das empresas na implantação do sistema de crédito de carbono precisam ter a garantia que a floresta estará lá para cobrir os custos, mas quem é afinal o detentor justo dos créditos? A quem pertenceria se não às comunidades? Por que submeter-se a 30 anos de cumprimento de cláusulas sem garantir o direito de escuta para os que virão?

Em meu terceiro argumento, junto as provocações feitas pela Funai quanto aos acordos firmados por poucos indivíduos, sem a devida participação das comunidades e com cláusulas abusivas. Exponho um problema na configuração de muitas comunidades do estuário amazônico em organizar-se: talvez o formato de presidência, tesouraria e secretaria, imposto pela legislação estabelecida e que predomina como poder decisório das associações comunitárias, não esteja mais à altura dos desafios atuais. (8) Ressalto que vi e convivi com extraordinárias lideranças comunitárias que muito contribuíram com os processos organizativos de suas comunidades e estes mandatos na história não podem desintegrar-se, há de se respeitá-los. Porém, assim como o poder hegemônico se transmuta (9) para continuar e ampliar sua influência e ganhos, a sociedade organizada também pode se modificar e reinventar. Como exemplo, em 2019 e 2020, admirei-me da organização social dos conselhos comunitários de Concosta e Cajambre, no Pacífico Colombiano, que apresentavam uma consistente participação de mulheres e jovens nas tomadas de decisão que direcionavam as tarefas do representante legal, a pessoa eleita para cumprir as tarefas burocráticas. Lá existem também tesouraria e secretaria, mas a impressão que tive é que estão em permanente estado de assembleia, o que ajuda bastante a orientar o representante legal e a administração da associação. Tal modo de condução associativa é determinante para proteger as lideranças do assédio e intimidações do capital. Entendo que quanto maior a escuta intergeracional e de gênero, maior a capacidade de empoderamento da comunidade para não aceitar propostas aventureiras. Construir uma organização com autonomia leva tempo, exige paciência e perseverança. E principalmente: exige a confiança no poder de transformação das novas gerações que compreendem a sua história e realidade. É um exercício de cidadania que devemos desde já praticar, mostrando os diversos cenários futuros a partir do que se pretende decidir. E neste ponto, eu confesso que não faço ideia, sinceramente, se os contratos em curso poderão fortalecer ou enfraquecer a autonomia das comunidades. O que sei, entretanto, é que a opção por uma cogestão de territórios por 30 ou 40 anos com o capital de empresas intermediadoras e multinacionais movimentando milhões de dólares em moedas ou criptomoedas não é justo com quem ainda não tem condições de opinar sobre seu futuro e que pelo palco hoje montado e com os atores que se movimentam, receberão o ônus desta decisão.

Se o mundo em que vivemos e que sofre com as mudanças climáticas ainda está na aurora tímida de uma estrutura não patriarcal, não racista, não colonial, não rentista (10), como é possível

permitir que territórios comunitários sejam liderados por mercados de base patriarcal, racista, colonial e rentista? Se vivemos em um sistema hegemônico que se utiliza da natureza para acumular financeiramente ao mesmo tempo em que despeja na mesma Mãe Terra seus dejetos, como acreditar que suas soluções nos servirão?

**Carlos Augusto Ramos**, pantojaramos@gmail.com

Doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (INEAF/UFPA), com mestrado em Ciências Florestais.

*\* Este artigo está baseado na terceira de uma série de cartas do autor sobre o tema dos créditos de carbono na Amazônia.*

- (1) Participantes da audiência pública realizada em Portel, no estado do Pará, Brasil, no dia 24 de janeiro de 2023 e organizada pelo Ministério Público do Estado do Pará trouxeram vários relatos sobre acordo assinado entre um presidente de associação comunitária de Portel e uma empresa de carbono, cujo contrato seria de 40 (quarenta) anos de vigência (MPA, 2023). Ata da audiência disponível [aqui](#). Acesso: 20/04/2023.
- (2) Informação técnica N° 21/2021/COPA/CGGAM/DPDS-FUNAI, segundo LERNER & MIRANDA. Olhar para o céu com os pés fincados na terra: Áreas de uso coletivo e mercado voluntário de carbono na Amazônia brasileira: uma abordagem baseada em direitos. Relatório Técnico. 2023. Disponível em [aqui](#). Acesso: 22/09/2023.
- (3) CLEMENT et al., 2010 citado por FURQUIM, L.; WATLING, J.; SHOCK, M.; NEVES, E. O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. In: Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras; Eduardo G. Neves, coordenador da seção 6. – São Paulo : SBPC, 2021. 85 p.: il. color., mapas col.
- (4) Informação disponível [aqui](#).
- (5) Idem nota 2.
- (6) FRASER, Nancy. Capitalismo Caníbal. / Nancy Fraser. – 1st ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2023. Libro Digital, EPUB.
- (7) Interessante lembrar que a palavra cláusula deriva do diminutivo em latim CLAUSUS, “fechamento, conclusão”, participio passado de CLAUDERE, “fechar, encerrar”. Assim, num exemplo espirituoso, uma pessoa que está em uma prisão está enclausurada. [Ver aqui](#).
- (8) As margens dos rios no estuário amazônico são ocupadas por milhares de comunidades tradicionais que com frequência constituem formalmente pequenas associações de moradores.
- (9) Assim como a cobra Surucucu na “Fábula Amarga” do e-livro “Gosto de Fábulas”, disponível em: [www.recantodasletras.com.br/e-livros/6907178](http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/6907178)
- (10) Rentismo é um termo utilizado para descrever práticas ou estruturas econômicas de obtenção de renda que não se baseiam em trabalho ou atividades produtivas, mas na propriedade de ativos como títulos financeiros, terras, recursos naturais, etc.

## Nova publicação: “Esquemas de certificação de ‘sustentabilidade’: 30 anos de engano e violência”

**Uma compilação de artigos do Boletim do WRM expõe o papel prejudicial desempenhado pelas empresas e organizações envolvidas em esquemas de certificação. Depois de três décadas, está claro que a única “sustentabilidade” que garantem é a dos negócios das empresas certificadas e da própria indústria de certificação.**

As prateleiras de supermercados e lojas estão repletas de produtos certificados. As embalagens apresentam diferentes selos que indicam que os produtos foram feitos com papel ou madeira “sustentável”, alimentos e cosméticos à base de óleo de dendê “sustentável”, soja “responsável”, e por aí vai. Até mesmo no momento de comprar uma passagem aérea o consumidor pode pagar um pouco mais para *certificar-se* de que suas emissões de carbono serão supostamente “neutralizadas”, de modo a garantir a tal “sustentabilidade”.

Mas por que há essa necessidade de tantos selos e formas de certificação? O que está sendo realmente certificado? E quem está se beneficiando com isso? Depois de 30 anos com selos de certificação com viés ambiental e social, está claro que a única “sustentabilidade” que garantem é a dos lucrativos negócios das empresas certificadas e da própria indústria de certificação.

O primeiro selo internacional para produtos florestais e sua cadeia produtiva surgiu no início dos anos 1990, com a criação do Conselho de Manejo Florestal (FSC - Forest Stewardship Council). Embora sua origem esteja ligada à pressão da sociedade civil sobre as empresas, o FSC foi plenamente assimilado pela lógica produtiva de empresas madeireiras atuando nas florestas, de gigantescas empresas produtoras de papel e celulose a partir de monoculturas de árvores, bem como de empresas produtoras e distribuidoras de bens de consumo.

Com o tempo, ao mostrar que não representava qualquer ameaça – pelo contrário, um trunfo – para a estratégia de acumulação de lucro das empresas envolvidas, outros setores passaram a criar mecanismos semelhantes. Dessa forma, poderiam limpar sua imagem diante dos danos ambientais e sociais causados pela sua cadeia produtiva. Assim, a partir dos anos 2000, proliferaram-se as iniciativas e as chamadas mesas-redondas para produção sustentável ou responsável de produtos como óleo de dendê, soja, cacau, cana-de-açúcar, entre outros.

Todas essas iniciativas têm vários aspectos em comum:

- São esquemas que se apresentam como uma associação sem fins lucrativos entre muitos atores e interesses aparentemente diversos (empresas, ONGs, governos, etc.). No entanto, na prática os participantes do setor empresarial e seus aliados como grandes ONGs conservacionistas dominam essas iniciativas, impondo seus interesses em uma relação de poder sumamente desigual entre os membros. Isso também é visível no foco dado a aspectos técnicos e processuais, frequentemente deixando os conflitos reais das comunidades afetadas fora do escopo da certificação.
- São mecanismos que estabelecem orientações e diretrizes operacionais para as empresas aderirem de forma voluntária, impossibilitando consequências legais quando normas são violadas – normas elaboradas e julgadas por elas mesmas, convém salientar.
- São iniciativas submetidas à lógica do mercado e sua expansão, ou seja, os selos de certificação se tornaram importantes, tanto para conseguir financiamentos para os projetos de expansão das empresas, quanto para conquistar consumidores, sobretudo urbanos e do norte global.
- São mecanismos sediados em países do norte e com quadros de diretores formados majoritariamente por homens e por pessoas brancas. Às comunidades rurais do sul, que enfrentam as plantações certificadas, cabe o papel de meros receptores de determinações impostas de fora sobre o uso do espaço em que vivem. E se quiserem contestar as ações de alguma das empresas certificadas, precisam se submeter ao protocolo elaborado pelo próprio sistema de certificação sobre como proceder.
- São utilizadas pelas empresas como mecanismos de defesa sempre que confrontadas com críticas em relação aos impactos de suas atividades: “Nossos produtos são certificados...”, “O projeto tem certificação...”, como se isso representasse garantia de que não há motivos para preocupação.

Seja como for, tais mecanismos de certificação não interromperam a expansão destrutiva das plantações industriais de árvores, do dendê, da soja, etc., nem foram capazes de resolver os conflitos gerados com comunidades tradicionais e Povos Indígenas. Tampouco apresentam potencial para isso, já que estão desenhados para permitir a continuidade e expansão de padrões corporativos de acumulação que são intrinsecamente dependentes de uma dinâmica predatória. Na realidade, o principal denominador comum de tais esquemas de certificação é o fato de garantirem um rótulo verde às empresas envolvidas, contribuindo para seu objetivo primordial, isto é, a maximização do lucro.

Em outras palavras, essas empresas destruidoras necessitam dos selos de certificação para conseguir obter alguma legitimidade frente aos consumidores e investidores, tendo em vista a vasta quantidade de reportagens, notícias e estudos que mostram efeitos danosos como apropriação indevida de terras; problemáticos ou inexistentes processos de consulta às

comunidades; contaminação por agrotóxicos; degradação do solo; empregos precários e humilhantes; abuso sexual e outras formas de violência contra as mulheres, entre muitos outros impactos relacionados à produção em grandes monocultivos. As certificadoras se tornaram, assim, uma peça central por meio da qual as empresas buscam legitimar a expansão territorial e econômica no sul global, ludibriando os consumidores com o discurso de “sustentabilidade”, permitindo afirmarmos sem ressalvas que a própria certificação se tornou uma causa subjacente do desmatamento.

Ademais, é importante mencionar que a ideia de certificação vem ganhando novos contornos. Com a criação de mecanismos de compensação de emissões de carbono e de perdas de biodiversidade, novas mercadorias já nascem atreladas a mecanismos de certificação. Nesse novo mercado, os *créditos de carbono* e os *créditos de biodiversidade* – emitidos pelos esquemas de certificação – representam uma suposta garantia de que as emissões de gases do efeito estufa ou a destruição da biodiversidade está sendo devidamente compensada em outro lugar.

Diferentemente da madeira, do óleo de palma ou da soja, em que a certificação é “adicionada” ao produto por meio de um selo, nos mercados de carbono e biodiversidade é o próprio processo de certificação que gera o produto (abstrato) a ser consumido, isto é, o crédito de carbono. Em outras palavras, a mercadoria em si é supostamente uma garantia – ainda que uma garantia virtual, obtida por meio de metodologias duvidosas e permeada por interesses escancaradamente suspeitos.

Esta compilação de artigos de boletins do WRM tem como objetivo destacar o papel prejudicial desempenhado pelas empresas e organizações envolvidas em esquemas de certificação. O WRM considera importante destacar como, após três décadas com cada vez mais selos de certificação ambiental nos mercados, mais do que nunca é importante acabar com essa maquiagem verde que, em última instância, ao invés de combater a devastação ambiental e as mazelas sociais ligadas aos empreendimentos corporativos, oculta e sustenta sua lógica destrutiva.

**[Leia e baixe a publicação aqui.](#)**

## **Camarões: Mulheres decididas a recuperar suas terras ocupadas pela empresa de dendê Socapalm/Socfin**

**A Associação de Mulheres Afrise lançou um abaixo-assinado internacional para impedir o replantio de monoculturas de dendê ao redor de suas casas e dos túmulos de seus antepassados. Elas denunciam décadas de abuso sexual, desapropriação de terras e miséria, e exigem que seu território lhes seja devolvido para que possam levar uma vida digna.**

Um grupo de mulheres está decidido a impedir o replantio de dendê na aldeia de Apouh em Ngog, no distrito de Edéa 1, departamento de Sanaga-Maritime, região Litoral, em Camarões. Elas denunciam que a empresa Socapalm continua estabelecendo monoculturas em torno das casas e túmulos ancestrais da comunidade, com impactos gravíssimos em suas vidas.

“Se essas operações não forem interrompidas, nós, mulheres que vivemos perto da Socapalm em Edéa, teremos de suportar mais 50 anos de sofrimento, abusos, estupros, roubos, fome, frustração e desrespeito aos nossos direitos, nossa privacidade e nossa dignidade, o que encurralará toda a nossa comunidade em uma sobrevivência basicamente dolorosa, injusta, miserável e insuportável”, elas denunciaram em um abaixo-assinado internacional lançado em 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres.

No abaixo-assinado, as mulheres – organizadas na Associação de Mulheres Vizinhas da Socapalm em Edéa (Afrise, na sigla em francês) – alertaram: “A história de abusos cometidos por empresas do setor de dendê não é nova em Camarões, nem na região”. [Aqui você pode ouvir o testemunho \(em francês\)](#) da Sra. Ngon Bisou Félicite Hortense Of, presidenta da Afrise.

A Socapalm é uma subsidiária da empresa Socfin, grupo agroindustrial com sede em Luxemburgo, que se dedica ao cultivo de dendê e seringueira. A Socfin, cujos acionistas majoritários são o milionário francês Vincent Bolloré e a família belga Fabri, opera em oito países da África Central e Ocidental. Sua origem na região remonta aos tempos coloniais, quando, em conluio com o Banco Mundial, conseguiu se apropriar de milhares de hectares de terras para seu benefício (1). Hoje, a Socfin controla cerca de 58 mil hectares em Camarões, que lhe foram dados em concessão (2). E, atualmente, está em processo de renovar suas plantações, substituindo os dendezeiros mais antigos e menos produtivos por novas plantas para poder aumentar seus lucros, que em 2021 ultrapassaram os 80 milhões de euros (3).

Em sinal de desprezo às comunidades que lutam há anos por suas terras, a empresa está plantando a poucos metros das casas e até nos túmulos de seus entes queridos (4). As comunidades têm tentado por todos os meios acabar com essa barbárie. Contudo, a Socapalm suspendeu o diálogo com elas e está avançando com as plantações. As mulheres da comunidade escreveram uma carta ao presidente de Camarões pedindo ação, mas não houve resposta.



Além disso, usando outra das táticas típicas dessas empresas destinadas a silenciar aqueles que se opõem às suas ações, o líder tradicional da comunidade foi enviado para a prisão, fato que as mulheres também denunciam no abaixo-assinado.

As plantações industriais de dendzeiros são sinônimos de apropriação de terras, destruição de territórios, escravidão e múltiplas formas de violência contra as comunidades, estupros, fraude econômica (5), entre muitas outras. A Socfin não está isenta, pelo contrário, é um exemplo claro de tudo isso (6). A violência é intrínseca ao modelo de grandes plantações, que precisa homogeneizar o território, destruir o coletivo e as formas ricas e diversas de produção e reprodução.

As empresas de dendê também precisam desarticular a resistência e, sobretudo, a luta das mulheres para recuperar suas terras e o controle coletivo dos seus territórios e das suas vidas. É assim que a violência física e sexual para controlar, intimidar e silenciar as mulheres se torna uma tática cotidiana. Os abusos sexuais são moeda corrente para mulheres e meninas que diariamente devem atravessar plantações escuras para poder ir à escola, às suas hortas, procurar água ou às feiras para comercializar os seus produtos, uma vez que as suas cidades estão completamente cercadas por monoculturas.

Fartas dessa situação, as mulheres de Afrise lançaram o abaixo-assinado em que exigem ser ouvidas pela empresa e pelo presidente de Camarões. Nele, descrevem a situação que, urgentemente, deve acabar: “90% de nós entregamos nossos corpos aos guardas para ter acesso à plantação. Nossos filhos não são contratados pela empresa e acabam consumindo drogas, praticando atividades ilícitas ou seguindo a rota da imigração ilegal para morrer no mar. Somos deixadas à nossa própria sorte, em um sistema que não está imune à corrupção.”

E afirmam: “Não aceitaremos passar os próximos 50 anos nesta miséria. Estamos determinadas a lutar para libertar as nossas terras e conquistar espaços vitais para os nossos filhos, das gerações atuais e futuras.”

Expressamos nossa total solidariedade a essas mulheres, que apesar do sofrimento, resistem, se organizam e lutam para recuperar sua dignidade!

Convidamos você a [ler o abaixo-assinado completo e dar a ele o máximo de divulgação e visibilidade possível](#).

(1) Boletim 252 do WRM, [O legado duradouro de um projeto pouco conhecido do Banco Mundial visando garantir plantações africanas para bilionários europeus](#), novembro de 2020.

(2) CorpWatch, [Palm Oil Giant SOCAPALM to Return Sacred Land Back to Mbonjo Villagers in Cameroon](#), mayo 2023.

(3) Watch Africa, [Socfin exploitation of rubber & palm oil linked to deforestation & human rights abuses in Ghana & Nigeria](#), October 2023.

(4) Rights of women living near agroindustries, ACCESS to land against famine. [Video in French](#).

(5) Mongabay, [Plantation giant Socfin accused of dodging taxes in Africa](#), October 2021.

(6) Boletim 233 do WRM, [As plantações da SOCFIN na África: no mínimo, irresponsáveis, mas sobretudo violentas e destrutivas](#), setembro de 2017.

## Chile: Resistência ao modelo florestal em Wallmapu, território mapuche

**As comunidades Mapuche resistiram durante décadas aos impactos do modelo florestal baseado em grandes monoculturas. Nesta entrevista, Pablo Reyes Huenchumán, porta-voz da comunidade Paillakawe, explica como eles se organizam e quais são seus principais desafios na luta pela recuperação do território e a manutenção da sua cultura.**

Há décadas, as comunidades Mapuche resistem aos impactos do modelo florestal imposto no Chile por um punhado de empresas, em conluio com os governos. Essa indústria, baseada em grandes monoculturas, tem provocado invasão de terras, destruição de florestas, poluição ambiental, desagregação social e pobreza. Diante disso, as comunidades se organizam para recuperar terras e desenvolver suas vidas de acordo com a cultura e a cosmovisão do Povo Mapuche.

Para aprofundar essa luta, compartilhamos fragmentos de uma entrevista com Pablo Reyes Huenchumán, werkén (porta-voz) da *lov* (comunidade Mapuche) Paillakawe, [publicada originalmente na plataforma Undisciplined Environments](#) por ocasião do Dia Internacional de Combate às Monoculturas de Árvores, em setembro passado. A *lov* Paillakawe está em processo de recuperação territorial no Golfo de Arauco, região de Biobío, no Chile, parte do Wallmapu (território ancestral Mapuche).

### **Quais são os principais impactos do modelo florestal baseado em grandes plantações sobre o seu território?**

Os impactos já duram mais de 50 anos. O modelo foi estabelecido durante a ditadura de Pinochet, quando se agravou a usurpação do território Mapuche nesta área. A indústria florestal, especificamente a do grupo Angelini, a florestal Arauco, foi adquirindo espaços territoriais gigantescos à custa do povo, graças a amigos e famílias da ditadura. Por exemplo, neste setor, um dos personagens [foi Julio Ponce](#), genro de Pinochet, que facilitou a entrega de muitas propriedades à Corporação Nacional Florestal (CONAF) onde ele trabalhava, e acabou vendendo-as a preços irrisórios, até terminarem nas mãos do grupo Angelini. Atualmente, a Arauco possui quase dois milhões de hectares em seu nome.

É assim que se estabelece esse modelo, com camponeses e povos Mapuche expulsos. Há histórias na nossa família, na nossa *lov* (comunidade Mapuche), onde ainda se lembram de como suas casas foram queimadas e eles foram ameaçados pelos guardas florestais, que disseram que eles tinham que sair porque aqui era o setor florestal. Muitas propriedades agrícolas viraram florestais,

degradando o solo. A instalação da indústria florestal tem tido um enorme impacto desde então, com efeitos em nível social, ambiental, político e territorial.

### **Que fatores contribuem para que esse modelo florestal se mantenha?**

As empresas florestais e o capital em geral estão em constante reconversão, limpando a sua imagem. Por um lado, contam com instrumentos como a certificação do FSC (Forest Stewardship Council ou Conselho de Manejo Florestal), que lhes permite vender seu produto a um preço mais elevado, afirmando que trabalham de forma organizada, respeitando o meio ambiente e sem conflitos com as comunidades próximas, o que é uma mentira.

A empresa florestal agora vem com energia eólica. Em 2019, a florestal Arauco apresentou o projeto M.A.P.A., que busca ampliar a fábrica de celulose que já está localizada no Golfo de Arauco. Junto com isso, foi planejado um projeto de parque eólico denominado Viento Sur. Em abril de 2022, no processo de consulta indígena e cidadã, nós fomos convidados. Gostaríamos de informar a eles que uma das torres desse projeto eólico está planejada sobre um Rewe (altar sagrado mapuche). Assim como no mundo *wingka* (não mapuche) existem igrejas e mesquitas, nós mobilizamos a nossa espiritualidade através do *Rewe*. O que esse projeto propõe é algo muito violento, e para nós, é inconcebível deixar isso acontecer. E embora lhes tenhamos dado todas as informações, nenhum dos nossos argumentos foi levado em consideração.

Além disso, o capital privado se aproveita das comunidades que chamamos de yanakona (mapuches que traem o seu povo). São comunidades ligadas aos interesses do capital, que negociaram, por exemplo, a expansão do [projeto M.A.P.A.](#) As empresas oferecem compensações econômicas às comunidades, mas até agora não vimos nenhuma delas sair da pobreza com as migalhas que a empresa lhes dá. Parece que é uma estratégia: essas comunidades, através dos seus líderes, são compradas. É assim que se desagrega o tecido social mapuche.

E isso acontece não apenas no Chile, mas também em toda a América Latina. O capitalismo latino-americano é medíocre, e sempre se satisfaz em vender matérias-primas o mais rapidamente possível, sem pretender gerar investimentos para que os povos também possam ser donos desse recurso. Assim, o Estado continua sendo medíocre com seu próprio povo, gerando políticas de desenvolvimento através dessas grandes empresas como solucionadoras de problemas. Por exemplo, quando a empresa florestal é quem resolve o problema do emprego. É por isso que dão espaço a essas empresas para que abram centros culturais e esportivos. Assim, o Estado permite e facilita a entrada da empresa no tecido social. Através da propaganda e da mídia, eles ganharam todo esse espaço.

### **Como vocês se organizam para enfrentar os impactos desse modelo e conquistar soberania?**

Como Povo Mapuche, nós nos organizamos através dos *Trawun*, que são assembleias comunitárias. No *Trawun*, são decididas as ações a ser levadas a cabo. Foi em um *Trawun* que decidimos realizar o processo de controle territorial, que consiste na tomada das propriedades, que chamamos de recuperação, e, portanto, afastar a empresa florestal, mesmo considerando que poderia haver perseguições, prisões e até mortes. Atualmente a *lov Paillakawe* controla cerca de mil hectares, e se também considerarmos o território controlado por outras *lov* e comunidades vizinhas no Golfo de Arauco, acrescentaríamos entre 7 mil e 8 mil hectares. Há três anos, a empresa florestal não consegue entrar nos territórios que controlamos atualmente, exceto em um confronto ocorrido na *lov Vilo*, no setor Huape, que foi uma ação dos *carabineros*, a polícia militarizada que tentava entrar com tanques no território recuperado.

Essas recuperações vêm sendo feitas há mais de 20 anos em outros territórios, mais ao sul da província de Arauco, como processos de controle territorial pelo Conselho de Todas as Terras e, sobretudo, pela Coordenadora Arauco Malleco. O controle territorial implica permanecer no território, viver a vida e exercer a soberania nesse espaço. E é isso que estamos fazendo: área para plantio de batata, ervilha, feijão, além de criação de galinhas e alguns porcos. Mas isso tem suas consequências: por termos entrado em uma propriedade e permanecido, a empresa florestal nos criminalizou, principalmente os dirigentes, com ações na justiça por usurpação. Também sofremos outras formas de assédio, através de drones, helicópteros, perseguições e até tiros por parte dos guardas florestais. Todos nós que participamos de processos de recuperação territorial sabemos que estamos expostos a isso.

### **Quais são os principais desafios nesta luta?**

A militarização é um desafio, mesmo com este governo liderado por [Gabriel] Boric. Temos receio de que os quatro anos de governo sejam passados com o [Wallmapu militarizado](#). Esta zona do Golfo de Arauco não é muito comentada na imprensa, embora, quando tomamos as ruas, tenhamos sido chamados de violentos, terroristas ou, ultimamente, traficantes de drogas. Aqui, a única violência que se exerce é a das empresas e dos guardas florestais. Outro desafio é lidar com as estratégias da empresa para gerar divisões e cooptar líderes. Além do colonialismo, que ainda está muito presente.

### **Que medidas concretas o Estado e outras instituições poderiam tomar para priorizar o direito do povo de decidir?**

Como *lov Paillakawe*, acreditamos que a única medida verdadeiramente eficaz que o Estado chileno poderia tomar é a expropriação das terras dessas grandes empresas florestais. Embora existam mecanismos de devolução de terras através da CONADI (Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena), eles são obsoletos. Os últimos governos aumentaram a quota para a compra de terras, mas a realidade é que cada vez menos terras são compradas porque seus

proprietários legais aumentam os preços. Assim, as terras entregues podem ter até três hectares. Nós, mapuches, sempre criticamos essa forma de gestão do território porque é muito mesquinha, ridícula: a *lov* é uma forma de vida comunitária, a forma política e familiar de se desenvolver em um território, que são grandes espaços. Nunca se desenvolverá em três hectares, mas sim em um território, com elementos físicos, naturais e espirituais que nós, mapuches, precisamos para a plenitude. Portanto, essa forma de devolução de terras nos últimos anos não é algo que nós, como Povo Mapuche, valorizemos. O mais revolucionário seria o Estado expropriar terras florestais dos grandes latifundiários para a gestão das comunidades.

Outra medida que deveria ser tomada é que as consultas relacionadas à [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais fossem vinculantes, não apenas para o Povo Mapuche, mas para todos os Povos Indígenas.

### **Como você imagina ou sonha com um futuro de soberania territorial?**

A maior parte do território atualmente sob controle da *lov Paillakawe* é de espaços altos, colinas, são as montanhas da costa. São cerca de 200 hectares de mata nativa, rica em biodiversidade, mas o restante é, ou era, monocultura. Apesar de ser um espaço montanhoso, em certas áreas se pode desenvolver a agricultura de subsistência, familiar, de *lov* ou de *Trafkintu* (escambo) de produtos, como fazia o povo mapuche antes da invasão europeia ou mesmo a inca, com pequena produção agrícola, de milho, de diferentes tipos de legumes, favas, feijões. Portanto, nós sonhamos com uma agricultura familiar e local, de produtos locais e sem uso de agrotóxicos, que nos dê estabilidade e nós possamos ver nossas famílias crescerem, sem passarmos fome e sem sermos escravos dos latifundiários. E também ajudando o resto da população, para que, como povo mapuche, também possamos contribuir com trigo e batata para as panelas de todos. É isso que se propõe, para podermos retomar a soberania alimentar para nós e para a população, entre os povos.

Em espaços onde é muito difícil o regresso desse manto orgânico, seria aceitável a monocultura, não no nível que a florestal tem aqui na região, mas em uma escala muito baixa, um ou dois hectares, para a produção de lenha, que é utilizada para cozinhar e para a construção de pequenas estruturas de madeira e benfeitorias na *ruka* (casa), evitando assim a derrubada da mata nativa para esses fins. E também deixando espaços intocados de mata nativa, espaços onde a *Ñuke Mapu* (Mãe Terra) tenha apenas o seu espaço, e nós tenhamos espaços para a prática da nossa espiritualidade, para a celebração de *Trawun*, de *Ngillatun* (cerimônia Mapuche), do *Palín* (jogo que serve para afirmar alianças entre diferentes *lov*). É isso que queremos reconstruir.

### **Marien González-Hidalgo**

Pesquisadora associada à Divisão de Desenvolvimento Rural da Universidade Sueca de Ciências Agrárias (SLU).

# O antes, o durante e o porvir da vitória pela defesa da vida no Panamá

**O ano de 2023 terminou com uma vitória da luta popular pela defesa da vida no Panamá, que teve repercussões em todos os lugares do planeta onde há processos de defesa territorial e resistência diante de conflitos ambientais.**

A mobilização massiva e permanente do povo panamenho contra a mineração em uma parte ambientalmente relevante e sensível de seu território culminou com a declaração de inconstitucionalidade do contrato-lei 406. O contrato autorizava a operação da mineradora Cobre Panamá, subsidiária de uma das maiores empresas de extração desse mineral do planeta, a First Quantum Minerals FQM, com sede em Toronto, no Canadá. Entre outras coisas, esse desfecho implica a cessação das operações e o fechamento da mina.

Sem dúvida, o resultado abre um importante precedente para milhares de processos de defesa territorial em todo o planeta, confirmando que é possível conquistar a vitória, mesmo contra grandes empresas consideradas poderosas.

No entanto, isso não foi resultado das ações e mobilizações que ocorreram durante mais de cinco semanas, entre outubro e novembro de 2023. Os antecedentes têm mais de 25 anos, por isso é pertinente analisar o processo em retrospectiva.

## O que aconteceu antes?

O problema nos remete ao início da década de 1990, quando começaram a prospecção e os estudos para a exploração de minérios e, em paralelo, as resistências por parte de comunidades e organizações preocupadas com os impactos que sabiam que poderiam ocorrer. Em 1996, a mineradora Petaquillo recebeu a concessão para extração de ouro, depois ampliada para exploração de cobre, e que acabou sendo transferida à Minera Panamá, subsidiária da FQM.

Entre outros motivos, a preocupação foi motivada pela localização da mina no meio de territórios com elevada diversidade biológica. A Mesoamérica une duas imensas massas continentais que estiveram separadas em épocas geológicas anteriores, mas, com o surgimento desse território, ganharam uma ponte para a conexão e o intercâmbio de populações de plantas e animais. O ponto mais estreito está precisamente no Panamá, sendo uma espécie de funil onde se concentra grande parte da biodiversidade do subcontinente. Esse cenário também é território de povos indígenas, comunidades locais e camponesas. Ou seja, a diversidade não é alta apenas em termos biológicos, mas também em termos culturais.

A partir do que vinha acontecendo, teve início a organização social. Há cerca de 20 anos, existia a comissão pró-fechamento da Petaquillo. Naquela época, o envolvimento era menor, pois as comunidades tinham esperança em relação às promessas de desenvolvimento, emprego e bem-estar da mineradora. Evidentemente, como é comum ocorrer com empresas extrativas, essas promessas não foram cumpridas, gerando o descontentamento, a indignação e a mobilização das últimas semanas. Em 2012, pretendeu-se sancionar uma lei popularmente conhecida como “Lei Chorizo”, que buscava aprovar a mineração nas regiões administrativas panamenhas conhecidas como comarcas, desencadeando maior mobilização social. Quando se estava saindo da pandemia, o governo impôs o discurso de dinamizar a mineração para recuperar a economia do país, fazendo soar todos os alertas. Por isso, em maio de 2021, foi formado o Movimento Panamá Vale Mais Sem Mineração, com mais de 40 organizações, explica Damaris Sánchez, ativista ambiental da Fundiccep. Nesse mesmo ano, foi apresentada uma proposta de moratória sobre a mineração de metais, que não foi aceita, enquanto o governo continuava comprometido com o seu projeto.

Embora se tratasse, em princípio, de uma área menor, o projeto que acaba de ser interrompido cobria 12.955 hectares e estava localizado em três áreas protegidas: o Parque Nacional General de División Omar Torrijos, o Parque Nacional Santa Fé e a área de Uso Múltiplo de Donoso. Essas áreas protegidas fazem parte do Corredor Biológico Mesoamericano (CBM), uma estratégia criada no início dos anos 2000 com objetivos como garantir a conectividade dos ecossistemas desde Darién, no Panamá, até a Selva Maia, no México. O CBM liga áreas protegidas para reduzir ameaças à biodiversidade, e procura gerar oportunidades econômicas e sociais para as populações, embora pareça não estar funcionando como esperado.

A mina está em operação na área desde 1997, embora com interrupções, entre outros motivos, devido aos múltiplos processos judiciais contra si. Apesar disso, tem causado graves impactos ambientais. As comunidades do entorno da mina apresentaram denúncias e solicitações ao Ministério do Meio Ambiente do Panamá a respeito de mudanças nas características dos corpos hídricos, sem conseguir nem ao menos uma inspeção. Em 2021, ocorreu o rompimento de uma tubulação, gerando descargas no Rio Pifá. (1)

No âmbito do Dia da Terra em 2022, o Movimento Panamá Vale Mais sem Mineração apresentou a análise de diversos relatórios do Ministério do Meio Ambiente, nos quais o próprio órgão informa sobre múltiplos impactos e descumprimentos por parte do projeto Cobre Panamá. (2) Entre as conclusões está o fato de a empresa lançar resíduos em corpos hídricos sem autorização do Ministério, potencialmente envolvendo contaminantes perigosos, como metais pesados. Até então, essas violações se somavam a mais de 200 outras identificadas em relatórios anteriores, e a empresa tinha uma dívida com o Ministério que chegava a mais de 11 milhões de dólares.

Chamam especial atenção os impactos sobre a floresta e a cobertura vegetal, incluindo o desmatamento de 876 hectares além da superfície que havia sido autorizada, chegando a quase 3

mil hectares afetados pelo projeto. Soma-se a isso o não cumprimento dos compromissos de reflorestamento, que fazem parte do estudo de impacto ambiental (EIA). Nesse sentido, foram identificadas falhas no reflorestamento de 1.300 hectares entre 2012 e 2015. (3) Ressalta-se que o referido reflorestamento está incluído como medida de compensação pela destruição da vegetação, denominada “desmatamento autorizado”. Em 2016, o WRM visitou a área antes de ter início o projeto atual, alertando sobre o uso da compensação como estratégia para viabilizar a exploração mineira em áreas protegidas. (4) As promessas da empresa incluíam seguir as normas da Corporação Financeira Internacional, nas quais ela baseou seus planos de compensação pela perda de biodiversidade, dizendo em seu site que “está comprometida com manter um impacto positivo líquido sobre a biodiversidade e em ser líder mundial na gestão da biodiversidade”.

Em 2017, foi declarada a inconstitucionalidade da autorização do projeto de mineração, mas a decisão não foi publicada no Diário Oficial do Estado, o que a tornou nula. A publicação só ocorreu em 2022, e a resposta do atual governo foi iniciar a negociação de um novo contrato com a mineradora, como explica o líder comunitário e ativista Rubén Bernal.

### **O que aconteceu durante?**

Em outubro de 2023, teve início a mobilização social, que foi notícia internacional por sua magnitude e pela repressão e a criminalização que enfrentou, mas também por seus desfechos e resultados.

O que estava em curso era a tentativa do governo e da mineradora de validar um contrato inconstitucional, supostamente corrigindo os erros do anterior e recorrendo a uma agressiva campanha publicitária que mostrava, em diversos meios de comunicação, supostos benefícios para a população. No entanto, os motivos da inconstitucionalidade permaneceram. Durante os debates na Assembleia, houve intervenções a favor e contra, mas um aspecto positivo se destacou: as comunidades de todo o país tinham muita consciência do que estava acontecendo. Certamente por medo dessa situação, como explica Damaris Sánchez, o processo foi interrompido e se organizaram visitas privadas à área do projeto. Ao se retomarem os debates, o público foi impedido de entrar, e em apenas três dias, foi concluído todo o processo que deveria ter demorado muito mais tempo, culminando com a sanção do contrato-lei em 20 de outubro. Dessa vez, tomou-se o cuidado de publicá-lo no Diário Oficial.

Com bastante dificuldade, as organizações e os movimentos sociais obtiveram e estudaram o texto do contrato e apresentaram seus problemas à sociedade panamenha, incluindo extensão do prazo por 60 anos, proibição de passagem pelo espaço aéreo do projeto, ampliação da concessão em 5 mil hectares, possibilidade de exploração não só de cobre, mas de ouro e outros materiais, proibição de mobilização da população – razões pelas quais elas acabaram considerando o projeto como um enclave colonial.



Enquanto isso, a juventude da Cidade do Panamá dinamizou a resistência, cumprindo um papel fundamental na vitória. Entre suas ações está o cerco estabelecido à sede da assembleia, exigindo que o povo fosse ouvido, o que serviu de pretexto para desencadear a repressão. Um dos jovens perdeu um olho devido à ação de agentes do Estado, aumentando a indignação da população, que já sofria com o alto custo de vida no país. No dia 23 de outubro, as pessoas foram às ruas, aos campos, às estradas e até ao mar, sem parar de se manifestar e se mobilizar até 28 de novembro, quando o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que o contrato-lei era inconstitucional.

A primeira semana, até 29 de outubro, foi fundamental. O presidente fez discursos, ameaçou judicializar a questão, propondo até um referendo, ao qual o povo respondeu que já estava nas ruas manifestando sua posição e sua decisão. A reação popular foi aumentar a resistência, que paralisou não só a capital, mas todas as principais atividades do país, e até mesmo a Rodovia Pan-Americana, principal estrada do Panamá, foi bloqueada.

A resistência assumiu diversas formas, como passeatas, vigílias e bloqueios, os barqueiros da zona portuária onde a mineradora operava atravessaram seus barcos para impedir que a empresa retirasse os minerais. Médicos e professores aderiram, escolas interromperam as aulas. As pessoas que moram em Colón e nos bairros de Donoso e Omar Torrijos, bem como uma parte de Veraguas, que em outros momentos não participaram do processo de resistência pelas esperanças de trabalho e bem-estar, naquele momento assumiram uma posição e uma resistência mais firmes. Estima-se que, em alguns dias, mais de 250 mil pessoas tenham se mobilizado. O país inteiro foi parado até que a vontade popular se tornasse efetiva.

Nem mesmo o rigor da repressão e da judicialização conseguiu afetar a mobilização, apesar de quatro pessoas terem sido assassinadas e mais de mil estarem registradas como detidas durante as manifestações.

A pressão e a vigilância sobre o Supremo Tribunal de Justiça foram impressionantes. Foi montado um acampamento ao redor da sua sede durante 12 dias, deixando evidente que seus membros estavam sendo observados e que se aguardava sua decisão. A mensagem era clara: se decidissem a favor da empresa, além da inconstitucionalidade, algo inesperado e com grande repercussão poderia acontecer nas ruas.

No dia 28 de novembro, o Tribunal decidiu que o contrato da Cobre Panamá é inconstitucional, legitimando a luta do povo nos campos, nos mares e nas ruas: 25 artigos do contrato eram contrários ao estipulado na constituição. As denúncias sobre o impacto ambiental foram levadas em consideração pelo Tribunal, assim como a falta de licitações públicas e de consulta aos cidadãos. A repercussão da decisão chega até mesmo à ordem de fechamento da mina, uma decisão inédita no país centro-americano.

## Os desafios e o porvir

Por meio da Cobre Panamá, a mineradora afirmou que “a transparência e o cumprimento da lei sempre foram fundamentais para o desenvolvimento de suas operações, e a empresa permanece aberta ao diálogo construtivo para chegar a consensos.” O seguinte passo no que a empresa entende por “diálogo construtivo” foi a First Quantum processar o Panamá perante a Corte Internacional de Arbitragem da CCI. (5)

As divisões das comunidades, alimentadas por setores específicos, deixam um desafio de reconstruir o tecido social em alguns lugares. Apesar disso, a avaliação feita pela população é mais do que positiva.

A vitória do povo panamenho é um exemplo para todos aqueles que defendem as florestas, os territórios e a dignidade dos povos que os habitam, além de ser uma inspiração para as lutas e resistências em curso em todo o planeta.

O que aconteceu representa uma virada na história política e participativa do Panamá. A indiferença foi superada, quem não costumava participar se envolveu completamente no processo descrito, a comunicação foi de natureza popular, marcando a autonomia em relação aos meios de comunicação tradicionais e empresariais.

A luta continua no futuro, para que a mineração seja proibida na constituição.

## Secretariado Internacional do WRM

(1) Artigo “Panamá: un grito por la justicia ambiental y contra la minería metálica”, em Hora Cero, de Krissia Girón, [disponível aqui](#).

(2) Declaração do Movimento Panamá Vale Mais sem Mineração, [disponível aqui](#).

(3) Idem 2.

(4) Artigo “As compensações ambientais no Panamá: uma estratégia que abre áreas protegidas à mineração”, do Boletim do WRM, de Teresa Pérez, [disponível aqui](#).

(5) Artigo “Panama Protestors Defeat First Quantum Minerals’ Copper Mine”, em CorpWatch, de Paula Reisdorf, [disponível aqui](#).

## RECOMENDADOS

### **Abuso sexual sistêmico em celebrado projeto de ‘compensação’ de carbono no Quênia**

Na esteira de um ano repleto de escândalos envolvendo projetos do tipo REDD, este relatório da SOMO divulgado em novembro de 2023 revela como a empresa norte-americana Wildlife Works é responsável por graves violações de direitos humanos no projeto Kasigau, no Quênia. O relatório baseou-se em depoimentos de dezenas de membros da comunidade local que relataram assédio e abuso sexual generalizados por parte de funcionários sênior da Wildlife e guardas do projeto. Trata-se de mais uma evidência de como na sociedade patriarcal em que vivemos as mulheres são sempre as mais impactadas, sobretudo em iniciativas e mecanismos em que são relegadas a papéis passivos. [Acesse o relatório aqui.](#)

### **Declaração de solidariedade à luta decolonial do povo palestino**

Reunidos no Segundo Fórum Social Temático sobre Mineração e Extrativismo, realizado na Indonésia em outubro de 2023, representantes de comunidades e organizações do mundo inteiro que lutam contra a mineração e seus impactos se encontraram para compartilhar, aprender e elaborar estratégias em torno do direito de dizer não ao extrativismo. Após o encontro, integrantes da rede Sim à Vida, Não à Mineração e demais participantes expressaram sua solidariedade com o povo da Palestina e sua luta por autodeterminação por meio de uma declaração que conecta o colonialismo, a mineração, a militarização e a guerra, sendo fundamental a unidade entre todas e todos aqueles que sofrem suas consequências e buscam derrotá-lo. [A Declaração está ainda aberta para assinaturas.](#)

### **Ferramentas para combater falsas soluções climáticas**

A lista de materiais disponibilizados pela Amigos da Terra Internacional em novembro de 2023 é uma ferramenta muito útil a organizações e militantes engajados que se opõem às falsas soluções climáticas. A publicação está dividida em três partes: primeiro, apresenta um banco de evidências documentando impactos dessas falsas soluções ao redor do mundo; segundo, reúne uma lista de links para informes, resumos, artigos e matérias sobre o tema; e, terceiro, um guia para entender os diferentes e complexos mecanismos que impulsionam perigosamente os mercados de carbono. [Acesse aqui.](#)

### **Atlas dos Agrotóxicos**

Agrotóxicos são utilizados no mundo inteiro em quantidades cada vez maiores, sendo defendidos pelo agronegócio como se fossem um componente inevitável da produção de alimentos. A edição brasileira do Atlas dos Agrotóxicos pela Fundação Heinrich Böll, lançada em dezembro de 2023, é a mais recente da publicação, que conta com edições adaptadas e lançadas em mais de oito países e cinco línguas no último ano. O material apresenta um amplo panorama sobre o tema, com dados sobre uso e impactos na agricultura, saúde, economia, entre outros. [Acesse a publicação aqui.](#)

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:  
Boletim 268 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "O golpe verde:  
opressão, conflitos e resistência" (<https://wrm.org.uy/pt/>)**

[Assine o Boletim do WRM](#)

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos  
para defender seus territórios e florestas.  
A assinatura é gratuita.***

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***"Resistência e solidariedade frente aos assaltos corporativos  
a territórios"?***

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Diego Cardona, Lucía Guadagno, Edmundo Hoppe Oderich, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolivia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://wrm.org.uy/pt>